

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>
<p><b>Despacho</b></p>	<p>NP: dckowe4e <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 26/02/2019 Requerimento nº 92/2019 Protocolo nº 656/2019</p>
<p><b>Autor:</b> Dep. Janaina Riva</p>	

Com fulcro no artigo 183, VIII, combinado com os artigos 10, parágrafo único e 28, ambos da Constituição Estadual, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhado requerimento ao Governador do Estado, com cópias aos Secretários de Estado de Segurança Pública e Secretário-chefe da Casa Civil, para que enviem informações detalhadas acerca do possível futuro fechamento de delegacias do interior do Estado e da remoção dos servidores efetivos que atualmente trabalham nestas delegacias, informando a fundamentação desta medida.

## JUSTIFICATIVA

A mídia local noticiou recentemente que diversas delegacias da Polícia Civil nas pequenas e médias cidades mato-grossenses, onde o número de policiais é reduzido, serão fechadas muito em breve.

A informação teria sido transmitida pelo Delegado Geral Mário Dermeval Aravechia de Resende, em entrevista ao vivo, na manhã desta sexta-feira, 8, ao apresentador Anderson Navarro, no programa Bom Dia MT da TV Centro América. A matéria informa, ainda, que:

*“Mário Demerval disse com clareza que a Polícia Civil tem efetivo reduzido, e que nas cidades há poucos policiais, esses serão removidos para municípios vizinhos, maiores. O delegado acrescentou que o estudo será apresentado ao Secretário de Segurança, Alexandre Bustamente, e ao governador Mauro Mendes. O sugerido fechamento ou suspensão de delegacias seria temporário, até que o governo consiga estruturar a instituição.*

*Concretizada essa proposta alguns municípios ganharão policiais civis ao passo que outros ficarão à deriva. Nas cidades sem Polícia Civil, toda prisão efetuada pela Polícia Militar obrigará seus policiais a levarem o preso até a delegacia mais próxima. Em Mato Grosso, com raras exceções, as cidades são distantes uma das outras.*

*Esse planejamento conduzido por Mário Demerval aumentaria o custo operacional policial, com as viagens transportando presos, e paralelamente a isso desguarneceria ainda mais a população sem Polícia Civil, uma vez que a Polícia Militar local passaria a cumprir nova missão: o turismo carcerário. O planejamento, segundo ele, não é feito isoladamente pela Polícia Civil, mas juntamente com órgãos – porém não citou quais seriam os órgãos.*

*O índice de criminalidade é alto em Mato Grosso, que tem uma fronteira de 983 quilômetros com a Bolívia, por onde entra cocaína e por onde o crime transnacional atua dos dois lados, Na esteira da droga, o crime se espalha pelos municípios. Uma cidade sem Polícia Civil se torna cenário ideal para a criminalidade e a impunidade. Com prerrogativa de Polícia Judiciária, cabe a Polícia Civil investigar e instaurar inquéritos. Com sua saída da cidade, todo crime ali praticado exigirá a ida de uma equipe ao local para investiga-lo.*

*CAOS – Nenhuma cidade de Mato Grosso tem número suficiente de policiais civis. Dentre outros, onde a presença da Polícia Civil é praticamente simbólica, estão os municípios de Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu. Santa Terezinha, Alto Boa Vista, Luciara, Novo Santo Antônio, Serra Nova Dourada, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Gaúcha do Norte, Cocalinho, Nova Nazaré, Araguaiana, Campinápolis, Novo São Joaquim, Santo Antônio do Leste, Planalto da Serra, Nova Brasilândia, Tesouro, São José do Povo, Araguaína, Ponte Branca, Ribeirãozinho, Torixoréu, Pontal do Araguaia, São Pedro da Cipa, Dom Aquino, Barão de Melgaço, Curvelândia, Lambari D'Oeste, Salto do Céu, Glória D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Indiavaí, Figueirópolis D'Oeste, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Vale de São Domingos, Campos de Júlio, Santo Afonso, Nova Marilândia, Alto Paraguai, Nova Maringá, Nova Olímpia, Castanheira, Juruena, Cotriguaçu, Rondolândia, Aripuanã, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde, Apiacás, Paranaíta, Carlinda, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Novo Mundo, Nova Santa Helena, Marcelândia, Cláudia, Feliz Natal, Vera, União do Sul, Santa Carmem, Nova Ubiratã, Santa Rita do Trivelato, Ipiranga do Norte, Itaúba, Itanhanga, Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte, Tabaporã, Tapurah, Nossa Senhora do Livramento, Acorizal, Jangada e Porto Estrela.”*

Recebemos demanda a este respeito em nosso gabinete, informando que o maior problema seria não a falta, mas a má distribuição do corpo de servidores efetivos (delegados, investigadores e escrivães), que estão concentrados em Cuiabá e Várzea Grande, deixando o interior a descoberto.

Ressaltou-se, ainda, que estas delegacias têm prédio próprio e que este fechamento ocasionará diversos custos com deslocamento de servidores para a realização de serviços e investigações, e da população para buscar atendimento.

Neste sentido, solicitamos informações detalhadas acerca desta notícia de fechamentos de delegacias e remoções de servidores efetivos da Polícia Civil no Estado, bem como a fundamentação do ato para tal fechamento e remoções, e contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 14 de Fevereiro de 2019

**Janaina Riva**  
Deputada Estadual